

A GUERRA TAMBÉM FOI NOSSA: MEMÓRIAS RAIANAS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Luís Cunha

Universidade do Minho, CRIA - UIDB/04038/2020

Já distante no tempo, a guerra civil de Espanha constitui ainda, e paradoxalmente, um acontecimento presente, não apenas devido ao elevado poder evocativo que possui, mas também pela atualidade dos ensinamentos que nos oferece. Um conflito com mais de oitenta anos mas que é ainda uma assombração, desde logo pelas marcas indeléveis que imprimiu nos corpos e na mente de quem o viveu, marcas essas que foram sendo transmitidas através de memórias familiares e, sobretudo em anos mais recentes, também através de atos evocativos¹. Uma sombra que, por outro lado, nos toca a todos, por força do que tão sangrento conflito significou no plano político e na experiência social – na que interrompeu e na que impôs. É neste plano que a guerra civil de Espanha extravasa o tempo comum, para se tornar num poderoso analisador social, incluindo a inquietação com algumas tendências de rumo que parecem marcar a contemporaneidade. É justamente no balanceamento entre diferentes níveis de significação, que vão da premência das suas marcas e do diálogo da memória com a história à maturação do seu sentido pelo tempo presente, que me proponho orientar este breve olhar sobre o conflito.

Olhada no fluxo da história, perspetivada a uma distância segura, a guerra civil espanhola pode ser considerada como expressão singular de uma categoria de acontecimentos trágicos que periodicamente se manifestam na vida das sociedades. Face à forma de soberania que a modernidade consagrou, a guerra civil reporta sempre a uma situação de exceção (cf. Hardt & Negri, 2004: 18), resultando de uma tensão interna, quer dizer, ocorrida no interior de um território demarcados por fronteiras e onde a ordem soberana tem o monopólio da violência legítima. Nela se confrontam diferentes fações, legitimadas ou

(1) Trata-se de um processo de recuperação de memórias durante muitos anos negadas ou subalternizadas que encontra expressão dos dois lados da fronteira, como muito bem mostra Dulce Simões (2015). Para uma visão mais ampla do conflito é indispensável um outro trabalho da mesma autora (Simões, 2016).

não pelo soberano, seja ele um rei ou um Estado republicano, o que significa que um conflito desta natureza tenderá a opor um exército regular a forças irregulares ou insurgentes. A tensão que despoleta este género de conflitos pode ocorrer em consequência de atos de repressão executados por agentes ou grupos específicos que agem em desrespeito do *contrato social* plasmado na Constituição. Pode resultar, também, da tentativa de usurpação da soberania legítima por grupos revoltosos, sobretudo quando estes se apropriam de parte do aparelho de Estado, nomeadamente de fações do exército. Se a *guerra*, no seu sentido mais comum, também ele definido pela modernidade, opõe entidades políticas soberanas e respetivos exércitos regulares, contrapondo a *nação ao estrangeiro*, ou seja, entre o que está *dentro* e faz parte do grupo e o que está *fora* e não nos pertence, a *guerra civil* assenta numa fratura interna, fator que acentua a dramatização do conflito.

Sem pretensão de traçar aqui qualquer aproximação ao que quer que seja que se assemelhe a uma *teoria da guerra civil*, serve-me esta breve nota para sublinhar dois aspetos que me parecem relevantes para o que pretendo argumentar. Ambos reportam ao que acima já ficou sublinhado: o facto de a guerra civil de Espanha manter pertinência ainda hoje, não apenas enquanto memória mas também enquanto objeto de análise e de reflexão. O primeiro aspeto que pretendo sublinhar diz respeito a uma certa ambiguidade e hibridiz que caracterizou o conflito espanhol, sobretudo se tomarmos em conta a clareza esquemática da distinção entre *guerra* e *guerra civil* que acabámos de traçar. Antecipando algo que o contexto da chamada guerra fria banalizará depois, a guerra civil de Espanha foi marcada por uma forte presença de protagonistas externos, tanto diretamente nos confrontos militares como em manobras de bastidores, de tal forma que é possível ver nela o primeiro ato do drama que se lhe seguiria e a que chamamos II Guerra Mundial. Neste sentido, sem perder a dramaticidade de uma fratura que cinde a própria comunidade, a fratura ideológica que está na sua génese, conferiu a esta guerra civil uma espessura que transcende as fronteiras geográficas e históricas do acontecimento concreto. Recordemos: de um lado o socialismo emergente, escolhido como matriz de governação pela maioria dos votantes, do outro lado o conservadorismo católico, insuflado pela outra corrente de pensamento emergente na política europeia de época, o fascismo. Oposição simplificada ao extremo na designação com que no Portugal raiano o conflito me foi descrito: «uma guerra dos ricos contra os pobres», o que sendo uma evidente simplifi-

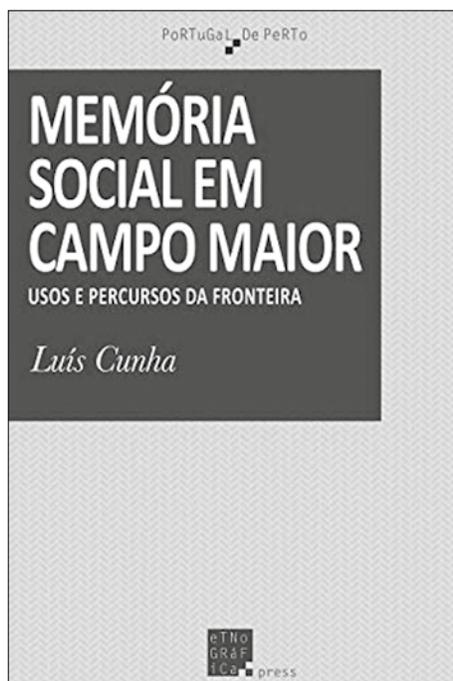
cação não deixa de vincar de forma clara e expressiva o que foi visto como o cerne do conflito também do lado de cá da fronteira.

O segundo aspeto que pretendi sublinhar ao evocar a natureza de exceção de qualquer guerra civil face à ordem constitucional liberal é também aquele que aqui mais nos interessa². Prende-se com a ideia de fratura dentro de um tecido social que idealmente se projeta como homogéneo, ou seja, como *comunidade imaginada* nos termos definidos por Benedict Anderson (1991). Essa explosão a partir do interior exige uma acomodação mínima dos acontecimentos a um quadro narrativo coerente e denso, composto de ideias fortes e mobilizadoras, muitas vezes estruturadas em antinomias – perseguição e apoio, vingança e solidariedade, justiça e injustiça, etc. No caso da guerra civil de Espanha, a sua persistência no tempo e a sua atualidade advém, também, da densidade das narrativas que, dos dois lados da fronteira, se teceram em torno de acontecimentos expressivos – traições e manifestações de solidariedade desinteressada; perseguições e mortes a par de fugas com final (relativamente) feliz. Histórias transmitidas oralmente mas também escritas, em alguns casos por autores consagrados, como Orwell (1999), dando conta do modo como a Europa se envolveu numa guerra que foi também um confronto ideológico. Narrativas densas, quer as que os vencedores estruturaram no discurso celebrativo oficial, quer as que os vencidos guardaram e transmitiram como forma de resistência e de aviso aos vindouros. Narrativas que se foram ajustando ao devir da história sem, no entanto, perderem o escopo da contradição e do conflito que as gerou. Algumas dessas narrativas, aquelas para que olharemos de seguida, prendem-se com a forma como em Portugal se ofereceu proteção ou abandono aos refugiados que atravessaram a fronteira. Estruturarei este texto com base na evocação de três episódios distintos, associados a diferentes fragmentos narrativos recolhidos em investigação de terreno realizada em Campo Maior³. A proposta é, então, a de procurar entrelaçar esses fragmentos

(2) “Visto que é o oposto do estado normal, a guerra civil situa-se numa zona de indecidibilidade em relação ao estado de exceção, que é a resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos (Agamben, 2015: 12).

(3) Investigação que conduziu à elaboração da minha dissertação de doutoramento e de que resultou a publicação de um livro que corresponde ao essencial dessa dissertação (Cunha, 2006). Deve ter-se em conta, por essa razão, que o presente que aqui usarei como tempo verbal é, na realidade, um *presente etnográfico*, que reporta a cerca de duas décadas atrás.

narrativos por forma a esboçar um quadro geral dos processos constitutivos e reprodutivos da memória coletiva reportada à guerra civil, tal como foi vista e vivida nesta zona da raia luso-espanhola.



2.

Trata-se do relato de três situações distintas, retiradas de uma trama narrativa complexa e que possui bastantes modulações. Têm em comum, evidentemente, o cenário da guerra civil e também a circulação de pessoas entre os dois lados da fronteira na região de Campo Maior. Olho para estas narrativas menos pelo seu valor testemunhal do que pela importância que assumem naquilo a que podemos chamar *quadros sociais de memória*. Isto não significa, evidentemente, que o testemunho de quem viveu diretamente ou de forma

próxima os acontecimentos não seja importante para clarificar situações ou acrescentar conhecimento histórico. Pelo contrário, o contributo de vários autores, que trabalharam na senda aberta pelo trabalho seminal de Ronald Fraser (1979), revelou-se fundamental para a consolidação de uma história mais plural, ou seja, uma história menos comprometida com a *visão dos vencedores*. Em todo o caso, sem tirar relevo à importância do valor testemunhal, pretendemos orientar este nosso contributo num outro sentido. Sigo o pensamento de Halbwachs (1925) na configuração do que pode ser entendido por *quadros sociais de memória*: instrumentos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado que em cada momento se ajusta ao pensamento dominante no grupo que preserva e recompõe essa memória. É neste sentido que os fragmentos narrativos que pretendo convocar devem ser lidos: a sua densidade permite discutir para lá do que explicitamente nos é contado, enredando-se de tal forma com a experiência do presente que a temporalidade que evocam se torna uma referência relativamente difusa, subalternizada por aquilo que representam enquanto recurso de que a comunidade se serve para dar sentido ao mundo.

O primeiro desses episódios permite orientar a nossa reflexão para dois níveis de análise que me parecem centrais. Por um lado dando conta do modo como memória coletiva e história se articulam, ora de forma contraditória e mesmo tensa ora de forma convergente e complementar. Por outro lado, ponho em relevo questões de classe na construção das narrativas sobre o comportamento social adotado durante a guerra. A situação em causa reporta a um episódio ocorrido logo no início da guerra e que me foi contado de forma vaga e incompleta, sendo depois complementado com alguns detalhes conforme a investigação de terreno foi avançando. O relato assenta numa acusação clara: a de que os *ricos* de Campo Maior teriam ido assistir aos fuzilamentos ocorridos na Praça de Touros de Badajoz. A acusação era genérica, remetendo, na verdade para uma *categoria* mais que para agentes concretos, cuja enunciação só mais tarde me seria confiada. Como afirmei, esta situação, e sobretudo a forma como ela me foi relatada, ajuda-nos a projetar a relação entre *memória* a *história*. Reportando ao início do conflito, esta denúncia sinaliza, através de um registo de memória traumática que circula em determinados segmentos da população, um comportamento censurável e que não deve ser esquecido. Embora o acontecimento histórico concreto que está na base do relato (os fuzilamentos sumários) tenha um significativo grau de convergência com o que

ficou registado na memória, estamos perante níveis distintos e não sobreponíveis⁴. Tentemos perceber a partir de que bases se constrói um e outro registo.

Consideremos, em primeiro lugar, o modo como a comunicação social deu conta dos acontecimentos de forma absolutamente alinhada com a visão pró nacionalista da ditadura salazarista. Esse alinhamento pode ser ilustrado pela posição assumida pelo *Jornal de Elvas*, na sua edição de 16 de agosto de 1936:

Finalmente a vizinha capital da Extremadura Espanhola, foi ocupada pelas armas brilhantes do glorioso Exército Espanhol. Os marxistas sanguinários foram completamente aniquilados. A «limpeza» tinha que ser geral pois há males que se têm cortar pela raiz.

É verdade que a esta visão tão parcial do conflito podemos contrapor uma outra, também ela passada a escrito, sinalizando os excessos e a violência sem medida cometidos pelas tropas revoltosas⁵. De facto, apesar do referido alinhamento da comunicação social portuguesa, um artigo do jornalista Mário Neves, testemunha presencial dos acontecimentos, denunciou a prática de execuções sumárias feitas na Praça de Touros de Badajoz (Neves, 1985). Apesar de já existirem relatos de fuzilamentos anteriores à tomada de Badajoz (Santos, 2001: 241), a denúncia feita no artigo de Mário Neves teve uma significativa repercussão internacional, obrigando os nacionalistas a desmentir o relato jornalístico (e também a rever a sua política de comunicação), fazendo deste episódio um importante marco simbólico de uma guerra que apenas estava a começar⁶.

(4) Uma publicação da Federación Socialista de Badajoz dava conta da afixação nas esquinas das ruas desta cidade de uma proclamação convidando as “pessoas ordeiras” a comparecer na Praça de Touros para assistir a um “espetáculo exemplar de higiene nacional” (Federación Socialista de Badajoz, 1996: 68), o que sugere a referida convergência entre o que a memória guardou e o que terá acontecido, mas que a história silenciou ou negou.

(5) A propósito desta visão parcial veja-se o que nos diz César Oliveira (1987: 209): “Os «nacionalistas» eram sempre adjetivados como «vítimas», «gloriosos», «salvadores», «patriotas», enquanto que os republicanos eram sempre apodados de «bárbaros», «assassinos», «bandidos», «escória», «canalha»”.

(6) Entre desmentidos e confirmações, a discussão prolongou-se por largos anos, sendo ilustrativa da persistência da fratura política e ideológica que gerou a guerra civil e não foi ainda inteiramente resolvida (Cunha, 2006: 256-7).

Diferentemente destas vozes que se perpetuariam através da escrita, a experiência vivida pelas populações haveria de perdurar de uma outra forma – através da palavra que circula, compondo narrativas que serão incorporadas pelo seu valor de ensinamento e aprendizagem. O verão de 1936 foi diferente de todos os outros na vila de Campo Maior. Foi um verão diferente porque a guerra modificou o quotidiano da vila, alterando a sua espacialidade e as suas rotinas. Não é possível apurar o número de refugiados que atravessaram a fronteira nessa altura, embora se dê por assente que foram várias centenas (Vieira, 1996: 182). Gente que acorria à fronteira e a atravessava movida por diferentes razões. Se os refugiados políticos rapidamente se tornavam invisíveis entrando na clandestinidade, escondidos em sítios discretos ou conseguindo deslocar-se para lugares de exílio, muitas outras pessoas apenas procurava apoio e proteção, fugindo da fome que entretanto de declarara e também de uma perseguição que não se restringiu apenas às pessoas politicamente implicadas. Alterou-se a face da vila e do espaço raiano de uma forma perceptível para todos. Visível, desde logo, para a imprensa local, que denunciava o suposto perigo que representavam os refugiados, informando que tinham sido “tomadas medidas militares para que os comunistas não entrassem em Portugal” (*Jornal de Elvas*, 29/8/1936). Diferentemente, a população da vila guardou na memória a aflição e as dificuldades, fatores que levaram ao surgimento de barracões junto à fronteira que se dedicavam a venda de produtos de primeira necessidade. Na memória ficou também a da detenção de espanhóis pela autoridade local, que os fechou dentro de uns celeiros que existiam à entrada da vila:

Ali [nos celeiros] é que foi a coisa pior. Um ano, pelas Festas [do Povo], a gente ali a ver a tourada e, claro, os barracões cheios de pessoal e a virem-nos buscar para os levar... Isso foi logo no primeiro ano da guerra (Adelaide)⁷.

Este diferente olhar sobre os mesmos acontecimentos capta o ponto de tensão que estrutura a memória da guerra civil: o confronto das *duas Espanhas*, traduzido, de forma simplificada, na ideia de uma guerra de ricos contra po-

(7) Todas as citações foram recolhidas durante a investigação de terreno a que acima fiz referência. Os nomes não correspondem aos verdadeiros nomes dos informantes.

bres⁸. A memória que ainda hoje circula da comunidade, guarda dos refugiados dois tópicos narrativos: as dificuldades que enfrentavam por falta de abrigo e de obtenção de meios de subsistência e a perseguição que lhe foi movida por parte das autoridades portuguesas com o apoio dos «ricos». Distinta do modo como os vencedores contaram, ensinaram e tornaram oficial a história da guerra civil, esta narrativa é estruturada por uma formulação de conteúdo moral que encontra na ida a Badajoz assistir aos fuzilamentos sumários um reforço de sentido. Na verdade, à ideia de crueldade, associada a quem denunciou e entregou os refugiados às autoridades, contrapõe-se o sentido de solidariedade, reconhecido e tributado àqueles que protegeram esses mesmos refugiados, arriscando a própria liberdade e acentuando as dificuldades materiais sentidas pelas respectivas famílias. Este sentido moral é o que mais conta na relação dialética entre o que se recorda e o que se esquece. Um sentido moral com nomes por detrás, pelo menos em alguns casos, como sucede em Campo Maior com a memória do sargento Abrantes, comandante do posto local da Guarda Nacional Republicana, ainda hoje recordado pela coragem de uma ação que permitiu proteger e evitar a prisão de muitos refugiados. Do lado oposto, guarda-se na memória o responsável máximo da PIDE, expoente da crueldade e falta de humanismo, como se relata neste exemplo:

Houve um que bufou e [o Seixas] foi lá buscá-la e trouxe-a para o Terreiro. Queria metê-la dentro de um carro e ela não queria nem por nada. Agarrava-se... Chegou a pô-la de cabeça para baixo! Ficou com tudo à mostra que Deus lhe tinha dado. Veja como ele era! (Aurélio).

3.

Pelo que venho dizendo, julgo ter ficado claro que vejo a memória coletiva como um instrumento e um recurso de que os grupos sociais dispõem e a que recorrem nos processos que os constituem e perpetuam. Sustentadas em experiências vividas, essas memórias dependem menos da factualidade do que da recorrência a formas arquetípicas que orientam a interpretação dos lugares e posições sociais, dessa forma conduzindo e estruturando uma visão

(8) Malefakis (1996: 42), faz remontar a 1790 o face-a-face entre essas *duas Espanhas*, mas o que a década de 1930 colocou em confronto foi a tentativa de transformação da sociedade espanhola por parte da esquerda socialista vencedora das eleições e a recusa dessa mudança por parte das forças de direita, agregadas em torno da Igreja.

do mundo. O segundo episódio da guerra que quero convocar ajuda a perceber este argumento. Trata-se da evocação de uma situação que é narrada de diferentes formas, mantendo, todavia, o essencial em termos de significação: a humanidade de quem protege, a crueldade de quem denuncia e a coragem, misturada com desespero, de quem é denunciado e capturado. Esta é, na verdade, apenas uma das versões da história:

O meu pai tinha um primo cá escondido – os pais eram portugueses, mas eles eram espanhóis. E depois vieram p'ró apanhar. Denunciaram que estava lá em casa dos meus pais. Depois ele chamou a minha mãe e disse: «Chica, dá-me aí uma tesoura, que é p'ra cortar aqui uma unha». E ele foi, cortou aqui uma veia. P'ra eles o não matarem (Amélia).

Como disse, esta é apenas uma versão de um acontecimento que tem, certamente, factualidade histórica mas que foi guardado, transmitido e recontado de diferentes formas, alterando o seu conteúdo sem negar o seu conteúdo. De facto, foram-me contadas outras versões desta mesma história, em alguns casos sendo capturada uma mulher e não um homem, numa versão espetando a tesoura na barriga, noutra apropriando-se da baioneta de um guarda para se suicidar, surgindo ainda uma outra versão em que a mulher capturada e que se esventrou em plena rua estava grávida. Podemos estar, evidentemente, perante o relato de diferentes situações, que eventualmente se misturaram e confundiram numa única narrativa. Em todo o caso, a coincidência espacial e os diferentes fragmentos da trama narrativa sugerem tratar-se da memória de um único acontecimento, que foi, isso sim, evocado e conservado a partir de diferentes cadeias de transmissão.

A factualidade não é, pois, o critério mais decisivo no uso desse recurso que é a memória coletiva. Isto não significa que exista mentira ou falsificação da história, mas apenas que *história* e *memória*, trabalhando a partir da mesma *matéria-prima* que é o passado, convocam diferentes níveis de significação. Esta narrativa, em concreto, é exemplar, pois recorda-nos a importância dos laços de solidariedade, que naquele caso teve por base o parentesco, tal como nos alerta para as consequências da falta de humanismo, que aqui conduziu a um suicídio por desespero. Não se trata propriamente de pensar a memória como um filtro que apura o essencial, mas antes, recuperando uma metáfora usada por Marc Augé (1998: 24), de a ver como o resultado de um trabalho de jardinagem, que apura a relação entre o que se recorda e o que se esquece por

forma a preservar a eficácia narrativa, quer dizer, a mensagem e o ensinamento que a enformam. Se a história é, pelo menos idealmente, uma reconstituição do passado que se pretende tão rigorosa e factual quanto possível, “a memória fornece referentes de significação constituídos por visões partilhadas do passado que são geradas pelo presente e orientadas para o futuro” (Peralta, 2007: 16). Este entendimento evidencia a importância da voz que enuncia tal como do grupo a que pertence essa voz, o que nos permite ver a memória coletiva como um espaço de disputa, onde os diferentes grupos – sociais, culturais, políticos, étnicos, etc. – se confrontam, daí resultando visões hegemónicas e subalternas, afirmações de poder e manifestações de resistência.

4.

A última situação a que quero fazer referência conduz-nos a dois outros aspetos desta guerra e correspondente reflexo na fronteira. Reporta, em primeiro lugar, para os modos de sobrevivência encontrados pelos refugiados durante o tempo de exílio e, em segundo lugar, para o prolongamento da guerra muito para além do seu fim oficial. Não sendo reconhecidos como refugiados pelo Estado português, os espanhóis que permanecerão em Portugal nunca conseguiram uma integração plena, vivendo durante todo o período de permanência numa situação precária, sobrevivendo graças a expedientes vários e mais ou menos pontuais. Na região de Campo Maior destacou-se um grupo de refugiados que encontraram abrigo na Referta do Ouguela, território raiano, composto por terras que durante séculos tiveram uso comum e partilhado pelos vizinhos dos dois lados da fronteira e cuja regularização e regulamentação se fez através do Tratado de Limites, assinado em 1864 pelos soberanos dos dois países. Na altura de guerra, aquela era ainda uma zona relativamente isolada, com mato abundante, propícia, por essa razão, para que refugiados se escondessem de quem os perseguia. Terão passados vários por esta zona, mas à volta de um desses homens ter-se-á constituído um grupo bastante ativo de refugiados que ali iriam permanecer por vários anos, até ao final da II guerra mundial:

Por que eles, cá ao princípio, a coisa andava assim... muito coiso... mas depois de cá estarem há uns anos, começaram assim como que a apanhar um bocado de posse, não é?! Já abusavam. Tinham aquela ideia de que também tinham cá parte no território. Mas não tinham! (Horácio).

Eles 'tiveram ali muito ano, mas só que depois começaram a portar-se mal. Fizeram mal. Andavam ao contrabando, iam p'ra lá e faziam frente aos guardas-civis e aos carabineiros. Estavam todos armados. Pistolas-metralhadoras! (Filipe).

Note-se que a ideia de *abuso*, transmitida por estes informantes, decorre de dois fatores: o tempo julgado excessivo em que ali permaneceram e a atividade contrabandista, não tanto pelo facto de se dedicarem a uma atividade comum naquelas paragens mas por o fazerem de uma forma considerada demasiado agressiva e que, por isso mesmo, os colocava em risco a eles e aos outros contrabandistas.

Como referi, as narrativas que circulam e cristalizam uma memória não são sempre convergentes, pois mesmo quando falam dos mesmos acontecimentos vincam determinados aspetos, recompondo a narrativa a partir de uma relação específica entre memória e esquecimento. Assim, se nos estratos transcritos o tópico narrativo parece ser o da ingratidão e da impossibilidade de pacificação e integração, há outros informantes que apontam num sentido diferente, dando conta de uma interação profícua que teve um final trágico. De acordo com esta versão, alguns portugueses de Degolados (freguesia de Campo Maior) teriam decidido criar uma sociedade para se dedicarem ao contrabando, tendo convidado o líder desse grupo de espanhóis refugiados para ser guia nos caminhos sinuosos da fronteira. A trama adensa-se a partir daqui, incluindo uma acusação de denúncia que teria sido feita por um espanhol que vivia também na Referta, que teria indicado aos guardas fronteiriços espanhóis a hora e o local de passagem de um grupo de contrabandistas. Na posse dessa informação, a guarda-civil agiu, mas terá feito confusão entre dois bandos de contrabandistas, confusão de que terá resultado a morte de um português:

'Tava um rapazinho q'era assim novo, e fazia assim uma ladeirinha. As balas vinham d'além e espetavam-se todas no Lourenço e espetavam-se por cima do Virgílio, o tal rapazinho. A guarda pensou que teria morto toda a gente e foi ver. Deu um pontapé no rapazito que começou a chorar. E diziam os espanhóis, «Muchacho, tu eres português», «Sim, sou português, eu e todos os que aqui estávamos...». Então eles ficaram assim... ficaram sobressaltados. Eles fizeram aquilo como se fossem os tais fugitivos e estavam a matar portugueses. Não mataram todos porque não calhou! (Belmiro).

Sublinho este entrelaçar da vida dos refugiados com a atividade contrabandista, já que mostra como a fronteira constituiu um recurso para as populações raianas de duas formas distintas mas complementares: permitindo a fuga e oferecendo um meio de subsistência num contexto de enormes dificuldades. Estamos perante a complementaridade entre um estatuto (refugiado) e uma atividade (contrabando) ainda por uma outra razão. É que, pelo menos em alguns casos, foram as redes preexistentes no contrabando que permitiram o acolhimento e proteção de refugiados, repetindo, de resto, o sucedera noutras ocasiões, por vezes em sentido inverso.

Encerro este trabalho reportando ao episódio prometido, que envolve o grupo de espanhóis que ganharam a fama de enfrentar os guardas-civis do país de onde fugiram e onde não podiam regressar, e que é também, do ponto de vista simbólico mas também histórico, o ato derradeiro da guerra civil espanhola em Portugal. Um episódio que ocorre fora da cronologia com que habitualmente se pensa essa guerra, pois apenas ocorreu 1946, assumindo contornos com alguma semelhança com acontecimentos vividos mais a norte, na região do Barroso, com a «Matilha do Juan» (Godinho, 1993). Na Referta, a captura dos refugiados que ainda ali se encontravam resultou de uma intervenção militar de grande envergadura que é recordada com vivacidade:

Veio aí quase metade da tropa que havia em Elvas, quase um esquadrão de cavalaria. Fizeram uma batida ali à Referta e apanharam tudo! (Belmiro).

Quando estava no monte a engatar as mulas ouviu-se umas descargas de metralhadora e eu, «Pá, metralhadoras a bater aqui, logo a estas horas?» Logo de manhã. Assim ao nascer do sol. Havia um dia de neblina que não se via nada (Filipe).

Iam um regimento, d'a cavalo, c'aqueles chapéus de ferro e foram cercando tudo de manhã... Havia uma neblina. P'ra não avisarem as pessoas, os que iam trabalhar faziam-nos voltar p'ra trás, faziam-nas voltar p'ra casa, porque senão iam p'ra diante e avisavam alguns pobres que 'tavam aí escondidos. E eles fizeram uma coisa à roda d'arraia, à roda d'arraia, de toda a Referta... Apanharam tudo! (Ana).

Esta é, compreensivelmente, uma memória forte, sobretudo quando convocada nos espaços onde os acontecimentos tiveram lugar – “Tinha um tiro lá na minha porta”, como alguém conta, apontando. Memória forte mas imprecisa, sobretudo se o que buscamos é o rigor histórico. Uma vez mais, parecem misturar-se e recompor-se aqui diferentes fragmentos de memória, de tal for-

ma que nenhuma narrativa perde coerência interna, mesmo quando contam a mesma história de forma distinta. Há quem se recorde de ter assistido ao desfile dos prisioneiros as ruas de Degolados, tal como há quem assegure que isso não aconteceu, e que a entrega dos prisioneiros aos espanhóis foi feita logo na fronteira. Onde não há divergência é no que sucedeu ao reconhecido líder daquele grupo de refugiados, Duro de seu nome. Em relação a este aspeto os relatos convergem, confirmando que foi a fama de enfrentar a guarda-fiscal que terá determinado a sua morte:

Levaram daqui [entrevista feita a um português residente em Espanha] ordem de não o trazer vivo. P'ra não ser julgado... Disseram que ele pediu para ir mijar e saiu fugindo e tiveram de o matar. É mentira! Disseram logo à guarda-civil que não o trouxeram vivo. Claro, quando o prenderam 'tava a mãe, traziam-no a ele e à mãe e ali na cruz [cruzamento] da Codosera, ali o baixaram do camión e pegaram-lhe dois tiros. A ele e à mãe! À mãe p'ra que não descobrira... (Jacinto).

Contribuindo para a eliminação de Duro e de sua mãe, o Estado português, governado em ditadura por Salazar, julgou ter cumprido a sua obrigação de reposição de ordem e de manifestação de apoio a outra ditadura ibérica, sua homóloga. Colocou-se dessa forma, tal como se colocara desde o início do conflito, do lado dos vencedores, ou seja, daqueles que teriam o privilégio de contar a história oficial. Esqueceu que o juízo que fazemos do passado não está nunca restringido a quem detém o poder de o escrever nos livros e de o ensinar nas escolas. As outras faces do passado, aquelas que a verdade dos vencedores quer apagar ou fazer esquecer, sobrevivem apesar do esforço de as negar, resistem de múltiplas formas, escondidas em cada casa e transmitidas incessantemente a filhos e netos, a todos quanto precisam daquelas histórias para perceberem que o mundo que os cerca e em que vive não se esgota nas vozes de quem tem mais voz nem nos livros escritos por ganhou poder de os escrever. A guerra civil de Espanha, como qualquer outra guerra, é feita de muitas histórias, e essas histórias, que se cruzam, complementam e contradizem, definem uma trama narrativa que transcendeu o tempo em que a guerra aconteceu. É sempre situados no nosso presente que olhamos esse passado feito de violência e trauma mas também de gestos de coragem e de nobreza. Quando escutamos essas histórias tornamo-nos uma parte delas, no sentido em que elas nos moldam e nos ensinam, esperando que nós façamos a nossa parte, que possamos contribuir para que elas se perpetuem como um sinal para o futuro.

BIBLIOGRAFÍA

- Agamben, Giorgio, *Estado de Excepção*, Lisboa, Edições 70, 2015.
- Anderson, Benedict (1991), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- Augé, Marc (1998), *Les formes de l'oubli*, Paris, Manuels Payot.
- Cunha, Luís, *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.
- Federación Socialista de Badajoz (1996), *Badajoz, Agosto de 1936*, Badajoz.
- Fraser, Ronald (1979), *Recuérdalo tú e recuérdala a otros. Historia oral de la guerra civil española*, Barcelona, Grijalbo Mondadori, 1997.
- Godinho, Paula (1993), O grupo do Juan e a importância da rede social, *A Trabe de Oro. Publicación Galega de Pensamento Crítico*, Tomo IV, 571-583.
- Halbwachs, Maurice (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994.
- Hardt, Michael & Negri, Antonio, *Multidão, Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto, Campo das Letras, 2004.
- Malefakis, Edward (1996), "Aspectos históricos y teóricos de la guerra", in Malefakis, E. (org.), *La guerra de España (1936-1939)*, Madrid, Taurus, pp. 11-47.
- Neves, Mário (1985), *A Chacina de Badajoz. Relato de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da guerra civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal.
- Oliveira, César (1987), *Salazar e a guerra civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal.
- Orwell, George (1999), *Recordando a guerra espanhola*, Lisboa, Antígona.
- Peralta, Elsa (2007), Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica, *Arquivos da Memória*, nº2 (Nova Série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pp. 4-23.
- Santos, José Rodrigues dos (2001), *Os correspondentes de guerra, o discurso jornalístico e a história – Para uma análise da reportagem de guerra em Portugal no século XX*, vol 1, Tese submetida ao grau de Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa.
- Simões, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, Lisboa, Edições Colibri.
- Simões, Dulce (2015), Memórias e resistências na guerra civil de Espanha: processos de emblemização na raia luso-espanhola, in Godinho Paula, Fonseca, Inês e Baía, João (Coords.), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas* [Documento electrónico], Lisboa: IHC-FCSH/UNL, pp. 252-262.
- Vieira, Rui (1996), Sinais da guerra civil espanhola em Campo Maior (1936-1950), in Cayetano Rosado, Moisés (coord.), *Encuentro «Relaciones Alentejo-Extremadura en el siglo XX, número monográfico especial de O Pelourinho. Boletim de Relaciones Transfronteiras*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 181-188.